

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO**

**DIRETRIZES DO MEN PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR**

1. Introdução

O Departamento de Metodologia de Ensino (MEN) foi oficialmente instalado na UFSC com o nome de Departamento de Métodos de Ensino, no dia 20 de fevereiro de 1970, quando realizou sua primeira reunião geral. Desde então, esse Departamento tem ocupado uma função estratégica no Centro de Ciências da Educação, que é oferecer subsídios teórico-práticos a todos os cursos de formação de professores da Universidade. Esta atividade se desenvolve através de um conjunto de disciplinas oferecidas por este Departamento, como a disciplina de Didática, conjuntamente com as Metodologias e Práticas de Ensino¹.

Considerando a natureza de suas atividades, o MEN é um espaço profícuo para a articulação entre as várias dimensões da formação docente. Internamente, podemos destacar a articulação entre os conhecimentos específicos de cada curso e os conhecimentos pedagógicos que caracterizam a profissão docente. Externamente, destacamos a atuação do MEN na interface entre a Universidade e as diferentes redes de ensino. Em ambos os casos, compete à Coordenadoria de Estágios do MEN, conforme o artigo 6º da resolução n.º 61/CEPE/96, de 10 de outubro de 1996, acompanhar a realização dos Estágios Supervisionados e promover a integração pedagógica entre os Cursos de Licenciatura e o MEN.

A partir da Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu a duração e a carga horária desses cursos, mudanças significativas passaram a incidir na formação de professores, em particular no MEN. Estes documentos oficiais sinalizam um montante de 400 horas de Prática como Componente Curricular (PCC), distribuídas ao longo do curso, e de 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado a partir do início da segunda metade dos cursos.

A Prática como Componente Curricular é definida como:

“Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional. A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino”. (Parecer CNE/CP 9/2001, p.23).

Ou ainda, segundo o documento interno denominado “Diretrizes curriculares nacionais : dimensão pedagógica e proposta do MEN”, datado de 2004:

“A PCC, em cada uma das disciplinas que abrigará, será uma reflexão do conteúdo da área do curso que está sendo aprendido pelo graduando e que será ensinado por este quando de sua atuação profissional como professor. A PCC deve, pois, articular o conhecimento (área do curso de licenciatura) ensinado na universidade com condicionantes, particularidades e objetivos deste conhecimento na educação básica formal e em outros espaços não escolares de educação” (p.8).

É importante ressaltar que, ao longo das discussões internas, particularmente do processo de reformulação curricular do curso de Licenciatura em Biologia da UFSC, a Prática como Componente Curricular (PCC), passou a ser designada como **Prática Pedagógica como Componente Curricular** (PPCC), de modo a garantir a compreensão de que as atividades associadas a este componente curricular têm efetivamente um caráter pedagógico, ou seja, são atividades vinculadas ao ensino e à aprendizagem no âmbito das práticas escolares².

Desde a aprovação destas Resoluções que regulamentam os princípios e a carga horária dos cursos de licenciatura, a Coordenadoria de Estágios do MEN tem conduzido um processo de discussão sobre o assunto. Algumas comissões foram instituídas para o estudo da legislação vigente, resultando em manuscritos que subsidiaram uma série de discussões entre os professores do MEN³, e que orientaram também a participação dos professores em debates no âmbito da UFSC a respeito das mudanças curriculares nos cursos de licenciatura.

¹ Esta disciplina curricular, componente obrigatório dos cursos de licenciatura, é denominada, a partir das resoluções que regulamentam as mudanças curriculares para os cursos de formação de professores datadas de 2001 e 2002, de “Estágio curricular supervisionado de ensino”, conforme consta no Parecer CNE/CP 28/2001.

² Por esta razão, passamos a adotar, neste documento, esta denominação e a respectiva sigla: PPCC.

³ Os manuscritos constam no anexo deste documento.

É nesse contexto de reestruturação curricular das licenciaturas que se aponta para a necessidade da parte da Coordenadoria de Estágios do MEN de sistematizar projetos de Estágio Curricular Supervisionado e de Práticas Pedagógicas como Componente Curricular, em parceria com escolas básicas. Visamos com isto incrementar não somente as atividades desenvolvidas na formação inicial de professores na UFSC, mas também o conjunto das ações formativas desenvolvidas em colaboração com a rede de ensino básico de Santa Catarina.

Neste contexto, o presente documento tem por objetivos:

- a) posicionar-se a respeito das diretrizes nacionais para a formação de professores;
- b) apresentar proposições gerais visando a articulação entre as atividades de PPCC e de Estágio Curricular Supervisionado com o currículo de formação inicial de professores, nas diversas licenciaturas;
- c) vislumbrar maneiras de articular os campos de estágio e os cursos de licenciatura da UFSC;
- c) exemplificar possibilidades na realização de projetos integrados nas escolas ou em outros espaços educativos considerados também como possíveis campos de estágio.

A seguir, apresentamos os princípios que têm orientado as ações do MEN.

2. Princípios que orientam as ações do MEN

Como resultado dos três primeiros Fóruns⁴, sintetizamos a seguir os princípios formativos que orientam o conjunto das ações do Departamento, e esclarecemos seu entendimento a respeito da Prática Pedagógica como Componente Curricular e do Estágio Curricular Supervisionado, atividades diretamente relacionadas com as atividades de ensino deste Departamento.

2.1. Princípios formativos

A partir das discussões anteriores, apresentamos a seguir uma análise crítica a respeito das concepções presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais e afirmamos um posicionamento em contraposição às concepções identificadas. O quadro abaixo sintetiza esta análise:

⁴ O primeiro Fórum foi realizado em 2 de maio de 2007. O segundo, denominado “I Fórum de Estágios da UFSC”, em parceria com o Departamento de Estágios da UFSC, foi realizado em 30 de maio de 2007 e o terceiro em setembro de 2007.

Diretrizes Nacionais	Contraposição crítica
Formação baseada na aquisição de competências: ênfase na prática como locus da ação competente; secundarização da base teórica que segue as “demandas” da prática.	Formação baseada em uma sólida formação teórico-prática, de caráter interdisciplinar; indissociabilidade entre teoria e prática, apontando para a concepção de práxis educativa.
Simetria invertida ou homologia de processos como orientação metodológica nos cursos de formação.	Trabalho como princípio educativo, tomado em sua especificidade como “trabalho pedagógico”: é conteúdo e método na formação dos professores. Possibilita dar organicidade à formação, à reformulação dos estágios, às relações com as redes públicas, à organização dos processos pedagógicos no interior da escola.
Formação para a responsabilização individualizada, gestão dos resultados (“Pedagogia dos resultados”); para a resolução de conflitos – “professor performático”.	Formação para a gestão democrática da escola baseada no trabalho coletivo da escola. Recuperação da dimensão ética e moral intrínseca ao ato educativo (e não apenas a eficácia dos métodos/resultados).
Lógica da formação por competências, apoiada na concepção de subordinação da educação ao mercado do trabalho. Nessa perspectiva, a educação é eixo da competitividade e da equidade social.	Compromisso social, político e ético da educação com um projeto social emancipador e transformador das relações sociais excludentes.
Formação continuada como responsabilidade do professor, mantendo ativa sua carteira de competências.	Formação continuada como direito dos professores. Articulação da formação continuada com formação inicial em um projeto orgânico de valorização do magistério.
Avaliação de competências, centradas nas performances evidenciadas em situações práticas ou em exames nacionais de certificação (ao término dos cursos de formação: “todos são licenciados, mas nem todos são professores”).	Avaliação como processo permanente, como parte integrante das atividades curriculares, compreendida como responsabilidade coletiva, referenciada no projeto político pedagógico de cada curso em questão.
Concepção de professor como um “prático”, capaz de lidar eficazmente com situações cotidianas.	Concepção de professor como um sujeito sócio-cultural que “domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere” (CONARCFE, 1989).

Cursos de formação compreendidos como momentos de apropriação da norma pedagógica, da aquisição de competências de acordo com as necessidades desencadeadas pela reforma da formação básica (subordinação da formação à reforma da educação básica e não às áreas de conhecimento de referência).	Cursos de formação compreendidos como espaços de produção de conhecimento, de ensino e de extensão. Firme e orgânica articulação com as necessidades colocadas para a construção de uma educação de qualidade, socialmente referenciada, e com uma escola de fato inclusiva.
---	--

Quadro 1. Contraposições com o objetivo de superar a perspectiva reducionista apresentada nas Diretrizes Nacionais

Consideramos que este posicionamento constitui um conjunto de princípios baseados na articulação entre teoria e prática, na qual as atividades compreendidas como PPCC se desenvolvem ao longo do curso, e têm com foco o **trabalho pedagógico** na escola e em instituições de caráter educativo. Essa formulação pretende evitar o reducionismo de tais atividades a uma dimensão meramente instrumental, vinculada diretamente ao saber fazer, e permite associá-las diretamente às possibilidades e necessidades formativas do exercício da **prática educativa reflexiva e crítica**.

As sucessivas aproximações dos licenciandos com uma diversidade de situações, experiências e instituições educativas, oportunizadas através das atividades de PPCC, podem possibilitar a análise da realidade educacional brasileira, com ênfase nos seguintes aspectos:

- relações existentes entre Estado, sociedade e educação e escola;
- processo de constituição histórico-cultural dos sujeitos e da prática pedagógica realizada na escola e em outras instituições de caráter educativo;
- elementos constitutivos da cultura produzida no interior das referidas instituições;
- bases epistemológicas do conhecimento escolar;
- princípios metodológicos que fundamentam as atividades de ensino-aprendizagem na escola.

Ainda a respeito da caracterização das atividades de PPCC, consideramos, na formação inicial de professores, a docência como a dimensão fundante do trabalho pedagógico, definida como um processo construído no conjunto das relações sociais, históricas e culturais. Em sentido mais estrito, consideramos a docência em sua multidimensionalidade e intencionalidade, constituída por opções epistemológicas, didáticas e metodológicas, adaptadas à instituição educativa.

Nesta concepção, como sugere o documento da ANFOPE (2004), a docência constitui o núcleo orgânico do processo formativo dos sujeitos, e não um conjunto de métodos e técnicas neutros, descolados de uma dada realidade histórica.

2.2. O papel do Estágio Curricular Supervisionado

Em relação ao Estágio Curricular Supervisionado, consideramos que sua atribuição básica, para a aprendizagem da docência, é o desenvolvimento de dois eixos fundamentais de análise: a **análise crítica da realidade educacional brasileira e da prática docente na educação básica**. Por outro lado, esta aprendizagem implica uma **familiaridade com o contexto das práticas efetivas** em sala de aula, buscando auxiliar o licenciando na configuração de um posicionamento teórico-prático diante do exercício futuro da docência.

Consideramos ainda que o Estágio possa tornar-se um espaço privilegiado de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que mobiliza os sujeitos envolvidos, ou seja, professores da universidade, professores das escolas e licenciandos, assim como as respectivas instâncias educativas à qual pertencem, na definição de atividades de caráter formativo a serem compartilhadas.

2.3. Relações entre a Universidade e a escola

Um dos principais argumentos para a necessidade de reestruturação nos cursos de formação de professores é a insuficiência de um modelo de formação no qual predominam diversos níveis de desarticulação: entre ensino e pesquisa, entre teoria e prática, ou ainda entre disciplinas ditas pedagógicas e as disciplinas de conteúdo específico. Estas desarticulações se expressam, como já ressaltaram Lüdke (1994) e Pereira (2000), seja na estrutura curricular dos cursos através, por exemplo, da hierarquização entre as disciplinas, seja na dinâmica do trabalho acadêmico entre departamentos e os respectivos centros envolvidos nos cursos de formação. Entre tais desarticulações, ressaltamos o distanciamento entre a Universidade, local da formação inicial de futuros professores, e a escola, local de inserção profissional destes futuros docentes. As atuais mudanças curriculares procuram, portanto, ultrapassar os diversos níveis de desarticulação, o que exigirá a criação de novas relações entre os diferentes sujeitos que participam da formação de professores.

Nesta perspectiva, é necessário rever a relação entre a Universidade e as escolas, considerando que tanto os formadores da universidade quanto os professores das escolas têm papel fundamental na produção da cultura escolar. Neste sentido, considera-se que o professor da escola possui saberes e experiências diferenciadas em relação ao professor formador da universidade. Por isso mesmo a colaboração entre formadores e professores em torno de projetos compartilhados que favoreçam a inserção dos futuros docentes em espaços educativos pode constituir uma alternativa para o desenvolvimento profissional não só do licenciando, mas do professor da escola e do próprio

formador. Esta perspectiva, baseada nos trabalhos de Carr e Kemmis (1988) e Greenwood e Levin (1988), indica a necessidade de avançarmos no incremento de atividades formativas compartilhadas, de caráter investigativo e reflexivo.

De fato, algumas experiências de articulação mais orgânica com a escola, desenvolvidas neste Departamento, tanto no caso da Pedagogia quanto das demais Licenciaturas, evidenciam o potencial desta nova relação entre professores e formadores, ou seja, entre a universidade e as escolas⁵.

Além disso, apontamos também a possibilidade de explorarmos outros espaços e tempos educativos, para além da escola, como campos potenciais para o convívio de futuros professores com as práticas educativas, como é o caso das classes hospitalares ou de projetos extracurriculares.

A seguir, apresentamos como exemplo, algumas das atividades de PPCC e de Estágio Curricular Supervisionado já em andamento no Departamento de Metodologia de Ensino. Buscamos caracteriza-las de modo a apontar suas diferentes possibilidades como atividades de PPCC ou de Estágio Curricular Supervisionado.

3. Propostas de Estágio Supervisionado e Prática Pedagógica como Componente Curricular

As propostas aqui sugeridas consideram as diferenças existentes entre as várias práticas profissionais e os conhecimentos que as caracterizam, assim como as diferenças que existem nas condições em que se realizam os estágios nos diversos cursos. Por essa razão, as idéias de projeto coletivo e de parceria aqui descritas visam ser abrangentes. É provável, ainda, que surjam novos projetos provenientes das necessidades e possibilidades que se colocam na relação cotidiana dos professores do MEN e de seus alunos com as escolas, que ainda não estão evidenciadas no presente documento.

Consideramos que as atividades, tanto de Estágio Supervisionado, quanto de PCC, visam:

a) assegurar a parceria entre a UFSC e as escolas básicas de Santa Catarina para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, formação inicial e continuada e/ou de extensão, favorecendo duplamente a formação inicial de professores e a comunidade escolar (administradores, professores, alunos e pais de alunos);

⁵ Tendo em vista dar um primeiro passo nessa perspectiva, foi estabelecido um convênio, firmado em 2005 entre a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e a UFSC, regulamentando as condições de estágios nos cursos de licenciatura.

(b) institucionalizar e valorizar as atividades teórico-práticas realizadas nas escolas básicas, procurando atender as necessidades da formação inicial de professores da UFSC e as demandas da escola, considerada como um espaço de socialização e de produção de conhecimento.

A seguir, a título de exemplo, apresentamos um menu de atividade pedagógicas que podem ser desenvolvidas nas escolas, de modo a efetivar as 400 horas de Estágio Supervisionado nas diversas áreas de formação de professores, bem como possibilitar a realização de atividades teórico-práticas caracterizadas enquanto PCC, particularmente nas disciplinas de Metodologia do Ensino e de Didática, responsabilidade deste Departamento.

3.1. Menu de projetos

3.1.1 Projetos envolvendo Prática como Componente Curricular

Projeto “Fortalecendo Conteúdos”

O objetivo é fortalecer o processo de aprendizagem de alunos do ensino fundamental e médio de escolas parceiras, através de aulas de reforço em horário oposto ao das aulas regulares nas diversas disciplinas do currículo escolar. Paralelamente, um outro objetivo é promover experiências de ensino e aprendizagem para os acadêmicos de licenciatura da UFSC em ambiente escolar, que possam contribuir para o desenvolvimento de práticas formativas, práticas de reflexão e de resolução de problemas de aprendizagem enfrentados por alunos da escola básica que precisam avançar em seu processo de aprender.

Projeto “Plantão Pedagógico”

Consiste em oferecer aos alunos das escolas parceiras plantões de aulas, de modo que os estudantes possam (a) tirar dúvidas de conteúdos das várias disciplinas do currículo escolar, (b) melhorar seu conhecimento nessas disciplinas e (c) aprofundar-se em conteúdos desejados. Paralelamente, um outro objetivo é promover experiências de ensino e aprendizagem para os acadêmicos de licenciatura da UFSC em ambiente escolar, que possam contribuir para o desenvolvimento de práticas formativas, práticas de reflexão e de resolução de problemas de aprendizagem, estratégias interpessoais na relação que estabelecerão com os alunos durante os

plantões de dúvidas, podendo, com esta parceria, aumentar a auto-confiança e a ajuda mútua entre os envolvidos (futuro professor e alunos)

Projeto “Criação de espaços de conhecimento disciplinar/interdisciplinar”

Consiste em oferecer aos alunos das escolas parceiras duas ou mais atividades didático-pedagógico culturais diárias na escola, de qualquer área do conhecimento escolar, inclusive de áreas não ofertadas no currículo da escola (ex.: Alemão, Italiano, Francês, Artes Plásticas). Os objetivos são:

- a) promover espaços culturais na escola para trabalhos (integrados ou não) de acadêmicos das disciplinas de metodologias de ensino e de didática, visando oferecer aos alunos da escola básica opções de trabalho quando da ausência ou falta do professor da classe;
- b) evitar que alunos da escola básica sejam dispensados, ou que professores adiantem suas aulas para cobrir colegas ausentes do dia de trabalho;
- c) oportunizar aos acadêmicos da UFSC, matriculados nas disciplinas de Metodologias e de Didática, a preparação e implementação de atividades didático-pedagógico culturais que possam ser desenvolvidas na escola (período matutino, vespertino e/ou noturno) quando da falta do professor da classe.

Duas ou mais atividades culturais podem ser oferecidas num mesmo turno na escola e em espaços distintos, ao longo da semana, possibilitando aos alunos, individualmente, escolherem aquela que desejam participar no período de “janela” da aula do professor que faltou. Cada atividade poderia ser planejada de modo a considerar o tempo necessário para que os alunos possam fazer sua escolha. Cabe salientar que a oferta dessas atividades na escola não significa que elas serão, necessariamente, realizadas, pois condições adversas, como a falta de algum professor regular, deverão acontecer para que as atividades culturais possam ser postas em prática com a participação dos alunos sem professor.

As atividades culturais não visam, necessariamente, envolver conteúdos relacionados àqueles programados pelos professores da escola; podem ou não ser desenvolvidas com a articulação conjunta de diferentes professores de metodologias de ensino da UFSC e de seus acadêmicos.

Projeto “Assessoria de Ensino”

O Projeto envolve trabalho de assessoramento ao professor da escola em atividades de sala de aula, pelos acadêmicos matriculados nas disciplinas de metodologias de ensino. São trabalhos que podem envolver desde o assessoramento aos alunos durante a realização de tarefas ao registro da matéria no quadro de giz, dependendo da necessidade do professor para que a aula possa ser conduzida de maneira eficiente. Somam-se a essas atividades práticas, a participação dos acadêmicos no planejamento de aulas do professor, contribuindo com pesquisa de materiais de aula e participando de reuniões de planejamento de professores por área e/ou série. É importante ressaltar que este projeto envolve assessoria ao professor e não, necessariamente, a sua substituição na condução das aulas.

Projeto “Construindo espaços de aprendizagem”

O Projeto envolve a participação ou proposição de projetos especiais na escola: os acadêmicos, sob a orientação do professor de metodologia ou didática, podem propor para a escola, individualmente, em duplas ou em pequenas equipes, projetos especiais a serem desenvolvidos durante alguns meses na escola, como por exemplo, projeto de leitura, festival de ciências, clube da matemática, entre outros. Esses projetos ocorrem em horário oposto (contra turno) às aulas dos alunos envolvidos.

Projeto “Classes Hospitalares”

O Projeto envolve aulas de 5^a a 8^a série para classe e leito hospitalar em disciplinas que compõem ou não o currículo escolar. O objetivo é promover experiências educativas neste contexto, visando fortalecer o conhecimento escolar, cultural e de mundo de alunos hospitalizados.

Projeto "Experiências educativas em creches"

O Projeto envolve atividades lingüísticas, culturais e científicas com crianças que passam o dia em creche. O objetivo é promover experiências educativas neste contexto.

3.1.2 Projetos envolvendo estágios supervisionados

Projeto Clássico

Este projeto consiste em trabalhos desenvolvidos nas escolas básicas pelos acadêmicos matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado, visando a sua contextualização gradativa no ambiente escolar. Atividades envolvidas neste projeto podem ser:

- a) entrevistas com os administradores escolares e/ou professores para coleta de dados sobre a escola e alunos;
- b) observação de aulas e/ou assessoramento ao professor da classe;
- c) regência de aulas;
- d) participação em conselhos de classe, reuniões de pais e mestres e/ou reuniões pedagógicas como ouvinte.

Projeto “Rumo à Universidade”

Este projeto consiste na formação de um curso pré-vestibular para os alunos do 3º ano do ensino médio da escola parceira, para alunos que já se formaram nesta escola e para a comunidade que deseja seguir estudos universitários.

Como forma de estágio supervisionado, os estagiários nas diversas áreas do conhecimento deverão reger aulas com base nos conteúdos preparatórios para o Vestibular, visando aumentar as chances de os alunos da escola básica entrarem em cursos universitários.

Projeto “Curso de Línguas Estrangeiras”

Consiste na oferta de cursos de línguas estrangeiras (francês, alemão, inglês, italiano e/ou espanhol) para alunos da escola parceira e abertos a toda comunidade, visando aumentar o conhecimento lingüístico-cultural dos que desejam se aprimorar em línguas estrangeiras.

Todos os projetos aqui descritos permitem não somente a articulação entre a UFSC/MEN e as escolas básicas parceiras, mas também a articulação entre os professores das várias disciplinas do MEN para a realização de projetos conjuntos.

Referências Bibliográficas

ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). **Políticas Públicas de Formação dos profissionais da Educação:** desafios para as Instituições de Ensino Superior – Documento final do XII Encontro Nacional. Brasília – Distrito Federal, agosto de 2004.

CAMPOS, Roselane et alii. **Aprofundamento do Documento “Diretrizes Curriculares Nacionais: a dimensão pedagógica e a proposta do MEN”**. Florianópolis: UFSC, 2004 (mimeo).

CARR, W. e KEMMIS, S. **Teoría Crítica de la Enseñanza: La Investigación/Acción en la formación del professorado**. Barcelona: Marinez Roca S. A., 1988.

CATAPAN, Araci et alii. **Diretrizes curriculares nacionais: a dimensão pedagógica e a proposta do MEN**. Florianópolis: UFSC, 2004 (mimeo).

CONARCFE. **Coletânea de Documentos**. São Paulo: Coordenação Nacional, 1983-1988. Mimeo.

GREENWOOD, D.J. E LEVIN, M. **Introduction to social research: social research for social change**. Thousand Oaks, SAGE Publications, 1998.

LÜDKE, M. Avaliação institucional: formação de docentes para o ensino fundamental e médio (as licenciaturas). In: Série: **Cadernos CRUB**, Brasília, 1994, v.1, n.4.

PEREIRA, J.E.D. **Formação de professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUINTEIRO, J.; SERRÃO, M. I. **Qual é o papel do estágio na formação universitária de professores da educação básica?** Florianópolis: UFSC, 2004 (mimeo.)

Documentos, Resoluções e Pareceres

Parecer CNE/CP nº 9, aprovado em 8 de maio de 2001.

Parecer CNE/CP nº 27, aprovado em 02 de outubro de 2001.

Resolução CNE/CP nº 1, aprovada em 18 de fevereiro de 2002.

Resolução CNE/CP nº 2, aprovada em 18 de fevereiro de 2002.